

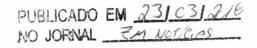
## =LEI MUNICIPAL Nº 1.296, DE 22 DE MARÇO DE 2018=

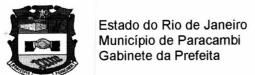
"Dispõe sobre a transação tributária a ser celebrada nos autos dos processos 0002417-52.2010.8.19.0039, 0002192-56.2015.8.19.0039 consoante o disposto dos arts. 156, III c/c 171 CTN"

Art. 1º - Em atenção ao ordenamento jurídico vigente, observando em especial as disposições dos artigos 156, III c/c 171 da lei federal nº 5.172/66 e ainda a Lei Municipal Paracambiense nº 1.114/2014, a presente lei vem autorizar a extinção do crédito tributário através da celebração de instrumento de transação, mediante concessões recíprocas entre o Município de Paracambi e o sujeito passivo da obrigação tributária, Construtora Quebec LTDA, inscrita np CNPJ: 38.696.365/0001-75, relacionada aos créditos tributários discutidos nos processos judiciais, 0002417-52.2010.8.19.0039 e 0002192-56.2015.8.19.0039.

## Art. 2º - Visando por fim a litígio:

- I A Construtora Quebec LTDA desiste da ação judicial 0002417-52.2010.8.19.0039 e reconhece o crédito tributário em favor do Município de Paracambi no valor de \$ 670.522,88 (seiscentos e setenta mil quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos), na presente data, corrigidos monetariamente até a data da efetiva conversão em renda do numerário aos cofres públicos municipais, independente de levantamentos já realizados pelo município no curso da ação supracitada.
- II O município de Paracambi abre mão dos honorários advocatícios na ação judicial 0002417-52.2010.8.19.0039 e reconhece o levantamento do saldo remanescente nas contas judiciais nº 0200108851807; 3000110024561; 4300107269793 em favor da Construtora Quebec LTDA, abatido o valor disposto do art. 2º, I desta lei;
- III O município de Paracambi desiste da execução fiscal ajuizada sob o nº 0002192-56.2015.8.19.0039, por se tratar de cobrança, cujo crédito tributário que aparelha o executivo fiscal se funda em confissão de dívida por parte da Construtora Quebec LTDA com objeto idêntico ao crédito discutido na ação 0002417-52.2010.8.19.0039.
- IV A Construtora Quebec LTDA abre mão dos honorários advocatícios na execução fiscal de nº 0002417-52.2010.8.19.0039.
- § 1º Não há se falar em jui os ou multa, uma vez que o crédito tributário encontra-se integralmente garantido por depósito judicial nas contas judiciais nº 0200108851807; 3000110024561; 4300107269793, todas administradas pela agência bancária de nº 2390-6 do Banco do Brasil estando portanto com a exigibilidade suspensa na forma do art. 151, II da lei §.172/66
- § 2º O valor de R\$ 670.522,88 (seiscentos e setenta mil quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos) disposto do art. 2º, I desta lei, foi calculado pela fiscalização tributária da fazenda pública municipal paracambiense, levando em consideração a base de cálculo integral do ISSQN, com a alíquota de 05% (cinco por cento), sem qualquer desconto ou privilégio fiscal, levando em consideração somente as





seguintes deduções legais: a) abatimento da base de cálculo do ISSQN do valor de R\$ 4.960.000,00 (quatro milhões novecentos e sessenta mil reais), por se tratar de serviço terceirizado para a empresa Itabeton locação de máquinas e equipamentos LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.836.920/0001-32; b) abatimento do montante a ser recebido pelo município referente às quantias já levantadas no curso do processo judicial 0002417-52.2010.8.19.0039 no valor de R\$ 382.940,91 (trezentos e oitenta e dois mil novecentos e quarenta reais e noventa e um centavos) pagos na data de 25/07/2012.

- **Art.** 3º A Fazenda Pública Municipal, para fins do cumprimento desta Lei, será representada pelo Secretário Municipal de Finanças e pelo Procurador Geral do Município que assinarão os termos de transação e todos os atos relacionados com o crédito tributário objeto da transação.
- **Art. 4º** São elementos essenciais do termo de transação, sem prejuízo de outras disposições, as seguintes cláusulas:
  - I Identificação das partes e de seus respectivos representantes legais;
- II Números dos processos judiciais que serão extintos com a presente transação, a saber: 0002417-52.2010.8.19.0039 e 0002192-56.2015.8.19.0039;
  - III Número do(s) lançamento(s) do(s) crédito(s) tributário(s), se houver;
- IV Cálculo elaborado pela secretaria de fazenda, discriminando: a) as CDAs pertinentes; b) o valor nominal do montante a ser levantado pelo município de Paracambi; c) o valor atualizado monetariamente objeto da transação a ser recebido por cada uma das partes d) as eventuais deduções dispostas do art. 2°, § 2°.
- V − Extrato das contas bancárias judiciais de nº 0200108851807; 3000110024561; 4300107269793.
- Art. 5° -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicaçãt.

Gabinete da Prefeita, 22 de março de 2018.

LUCIMAR CRISTINA DA SILVA FERREIRA Prefeita

> PUBLICADO EM 23/03/2018 NO JORNAL EM NOTICIOS.